

*(Economia =
Brasil)*

Segundo semestre: uma missão impossível?

DAVID FLEISCHER
Colaborador

Se você achou o primeiro semestre de 1983 muito conturbado e cheio de incertezas e incongruências, aguarde o lançamento da segunda edição pois será melhor (pior?) ainda, como no mundo de Hollywood, com seus Star Wars II, Superman II, etc. Na verdade, o segundo semestre político em Brasília é de apenas quatro meses (agosto a novembro), mas vai parecer como se fosse uma eternidade para os angustiados (antes) comandantes do Governo.

Neste breve ensaio, vamos abordar os aspectos políticos de três dos muitos problemas que o Governo enfrentará junto à classe política neste segundo semestre: a pedra de toque principal na desintegração do sistema partidário, e duas questões concretas — a aprovação do Decreto Lei Nº 2.045 que reduz os aumentos salariais a 80% do já expurgado INPC, e do Projeto de Lei que regulamenta o "voto distrital misto, majoritário e proporcional".

OS PARTIDOS

Com apenas 3 anos e meio de vida o sistema partidário construído às pressas no início de 1980, após os abalos da cisão PTB/PDT em 1980 e a reincorporação PP/PMDB em 1981/1982, nos meados de 1983 começa desabar. Como estão estes cinco partidos no segundo semestre de 1983? PT

Mesmo este menor partido, supostamente com a maior coerência de propósitos, não vai muito bem. suas bases estão cada vez mais distantes da sua representação parlamentar. Os rachas nas lideranças a nível estadual, entre os ex-líderes sindicais, intelectuais e grupos de tendência "popular", foram ainda mais exacerbadas com a recente greve vanguardista dos petroleiros, que de uma certa maneira "fez o serviço" para o Governo. De um lado, ajudou esvaziar a greve geral do dia 21 deste mês, e por outro, serviu como "justa causa" para a PETROBRAS reduzir a sua folha de pagamento, com a fácil identificação dos empregados mais ativistas e simpatizantes.

Se aparecer uma "brecha" de uma reformulação partidária, com certeza todos seus 8 deputados procurarão um novo partido, ou um trabalhismo socialista proposto por Brizola, ou a desincorporação do ex-PP PTB — Embora muito criticado pela "Oposição" por seu "fisiologismo", por pregar um "trabalhismo demagógico", e por ter subido a rampa do Palácio para fazer o acordo ou a coligação PTB-PDS, o PTB manteve um IBOPE incrível — muito desproporcional aos seus 13 deputados. Se a EBN fosse empreender uma pesquisa do múmero "centímetros/coluna" ocupados pelo PTB em 1983, talvez até rivalizasse "os grandes" (PMDB e PDS) pelo espaço ocupado.

Mas, com tamanha "atividade" e IBOPE, o que tem feito de concreto que pudesse ser transformado em votos em 1986? Por enquanto, a resposta é "muito pouco". Entre as tão badaladas "conquistas" ou "exigências" negociadas pelo PTB em maio quando "celebrou" o acordo, o Governo sistematicamente violou ou abateu todas, uma a uma. Qual o proveito que os trabalhadores do Brasil tiraram deste "abraço"? Aumentou a prestação da casa própria em 130% que teria que ser paga com os minguados 80% de um INPC expurgado. Se este INPC fosse real, entre 160% e 200% (as previsões respectivas dos Profs. C. Langoni e D. Munhoz), tudo bem; mas pelas magias do IBGE do Sr. J. Montello inspiradas pelo FMI, nada feito.

De acordo com as fontes bem informadas do nosso colega Leonardo Mota, o Ministro Leitão de Abreu queria entregar os vinte cargos e mais um ministério ao PTB logo no inicio de agosto para garantir seu apoio parlamentar. Mas cedeu antes às insistências do Dr. Delfim de tratá-los a conta-gota até provar melhor a sua lealdade aprovando o decreto do FMI. Mas é evidente que o PTB não vai cometer um suicídio político em troca de umas diretorias "fantasmagóricas" ainda por serem criadas na Light carioca e na recém-expurgada Nuclebras, por exemplo. Ainda de quebra, D. Ivete tem uma cisão interna onde 8 dos seus 12 liderados ameaçam desobedecer suas diretrizes. PDT — Dos pequenos partidos, é o mais tranquilo. Embora sofra da liderança forte do seu caudilho, Leonel Brizola, a sua perspicácia política ainda é muito refinada. O recente acordo PDT/PDS no Estado do Rio de Janeiro e o papel do governador Brizola como "avalista" do Governo em momentos críticos tem fortalecido o partido e a sua imagem como um partido "de centro, moderado e confiável".

Se o projeto de Saturnino Braga e Leonel de erguer um novo partido socialista for levado adiante, poderia (como um novo partido) receber importantes adesões do PT, PMDB, PTB e até do PDS. Enquanto seu cacife cresce, Brizola e seu PDT têm chances cada vez melhores de se tornarem a "opção premiada" com a estratégia de eleições diretas.

Arquivo CB



A política voltou com Aureliano na Presidência ...

tas (com ou sem um mandato tampão negociado), já ensaiado pelo Presidente Figueiredo ("então, abro e entrego para Brizola").

PMDB — Apesar da retórica de Ulisses Guimarães e Teotônio Vileta, o partido não é mais o mesmo. Esta "frente de oposições" está firmemente sob o controle dos seus governadores, que no presente ambiente de crise estão cada vez mais moderados, "subindo a rampa" cada semana para negociarem com o Governo. Como pode, o presidente do segundo maior partido da Nação, recusar obstinadamente "apertar a mão do Governo"? Ele está muito distante da realidade do seu partido e do momento nacional. Assim, a coerência e coesão interna deste partido é muito limitada.

Mas será que esta suposta "transigência" do PMDB chegará ao ponto do Governo poder negociar alguns dos seus votos para aprovar alguns dos seus "pacotes" no Congresso este semestre? Provavelmente não, a não ser que o Governo esteja disposto a entregar alguns dedos junto com os anéis; ou seja, como parte de uma negociação política bem mais ampla, coisa que a atual cúpula governista parece ter uma aversão total.

PDS — Por último chegamos ao partido do Governo, que por enquanto ainda não está no Governo. Sofre de uma doença quase terminal de dissidências (ou descontentamentos) internos. Esas vêm evoluindo desde os últimos anos da Arena, mas foram aguçadas pela ressaca das eleições de novembro passado e a tônica da sucessão presidencial.

A incompetência da cúpula do Governo em tratar com seu próprio partido é quase total. Sem nenhuma experiência político-partidária, estes dirigentes não compreendem as intrincadas sutilezas da organização partidária. A sua máquina estatal recusa sistematicamente a "atender" as reivindicações canalizadas pelos deputados de PDS, principalmente dos Estados controlados pela Oposição. Esta classe política nominalmente "governista" é chamada para de-

fender e aprovar decisões políticas cada vez mais anti-populares, as quais não tiveram nenhuma participação na sua elaboração, e nem ao menos um "aviso prévio". Embora o presidente em Exercício, Aureliano Chaves e o deputado Homero Santos prometam dias melhores para o PDS neste sentido, mas diante das boas novas de Cleveland, são apenas medidas paliativas, pois até o final de agosto o sistema tradicional voltaria a funcionar.

A possibilidade de uma "implosão" do PDS no segundo semestre cresce na medida que o PTB recebe cargos importantes e um tratamento diferenciado, sem uma contrapartida maior ainda para o PDS. Seria uma "debandada para um partido de centro, sucessor do PP. Se o Governo chegar a pedir a confiança do PDS totalmente, esta implosão pode ser até conveniente, para retirar a sua maioria no colégio eleitoral (caso o candidato acodido leva a sua convenção em 1984) e em seguida negociar uma maioria consensual com outros partidos em torno de outro candidato.

O DECRETO DO FMI

Diante deste quadro partidário como fica o Governo no Congresso Nacional a partir de agosto com a "missão impossível" de aprovar o Decreto Lei Nº 2.045, reduzindo os salários? Até parece que o FMI acredita na abertura política brasileira, pois reconheceu que o Poder Executivo não é mais o mesmo todo poderoso, e condicionou a liberação de quaisquer recursos adicionais (e consequentemente o reestabelecimento do crédito interbancário para o Brasil) à aprovação deste "remédio amargo" pelo Poder Legislativo que representa o povo.

Dai fica demonstrado o desejo do povo brasileiro de "pôr a casa em ordem", aumentar a sua cota de sacrifícios em nome da "sanidade monetária" para que o País possa pagar a sua dívida externa, deixando os banqueiros internacionais com um sono um pouco mais tranquilo.

Mas será que o povo pensa

Arquivo CB



... em dobradinha com Homero na Secretaria do PDS

assim? Se não, será que a classe política vai cometer um suicídio político em 1983, na esperança que a conjuntura econômica vai melhorar suficientemente para poder enfrentar a ira das urnas em 1986? E neste quadro sombrio que na semana que vem o PDS vai insair o fechamento de questão no seu Diretório Nacional.

As dissidências da convenção do PDS em julho, em grande parte refletiram rachas a nível estadual e a força do Deputado Paulo Maluf dentro do partido. Sendo que estas arestas não foram reparadas, como que o PDS vai enfrentar este problema? Apenas com uma dose de "política mineira"?

O Movimento Participação já avisou que numa tentativa de fechar questão no Diretório Nacional em torno do Decreto Nº 2.045, vai se apegar à incongruência deste decreto para com o programa do PDS (já registrado no TSE), e se for o caso irá até os tribunais contra a ilegalidade de uma medida deste tipo.

A lealdade do PTB parece

condicionada à concessão de

cargos de envergadura na es-

fera federal, que por sua vez

requereria um tratamento

igual ou melhor para o PDS —

coisas que o Governo não pa-

rece dispõsto a cogitar. Negociar apoio político de segmentos do PMDB e /ou PDT para uma medida tão impopular?

Como? Se ao menos o Governo

tivesse chamado a classe

política para uma "tomada de

consciência" e uma negocia-

ção mais ampla diante do qua-

dro difícil e as exigências do

FMI anteriormente, assim,

talvez desse para costurar

uma decisão consensual, mas

quem da cúpula governamen-

tal tem competência e mesmo

vocação ou gosto para uma

empreitada deste tipo?

Finalmente, o Governo cor-

re o perigo de uma vez aberta

esta "caixa de Pandora" res-

suscitar os fantasmas do na-

cionalismo, tanto no meio civil

quanto militar, contra as inge-

réncias do FMI sobre a sober-

ania nacional — "o INPC é

nossa," e palavras de ordem

deste tipo. Enquanto o povo

acreditar que as cotas de sa-

cificiosos não estão sendo dis-

tribuídas equitativamente, este

dilema vai continuar de difícil

solução.

VOTO DISTRITAL

Cosinhado em "banho-

maria" pela Comissão de

Constituição e Justiça desde

sua apresentação em março

deste ano, este projeto foi cor-

re perigo de sofrer uma morte

"lenta, gradual e segura" nos

meandros da tramitação le-

gitativa neste segundo se-

mestre.

Recentemente tivemos

notícia dos cálculos do Sr. Hei-

tor de Aquino, que sustentam

uma previsão de que a adoção

deste sistema eleitoral ainda

pode "salvar a barra" do PDS

e do Governo em 1986 e pleitos

posteriores, e de que pode dar

ao sistema a estabilidade que

lhe falta.

Ora, se este sistema eleito-

ral tivesse sido implantado no

seu momento mais propício,

no bojo do AI-2, junto com o bi-

partidarismo, talvez esta pre-

visão vingasse nos anos 80.

Mas em 1965/66, a "Banda de

Música" da UDN "fez a cabe-

ca" do então presidente Castelo

Branco, no sentido que co-

mo uma facção dentro da nova

ARENA a ex-UDN seria mas-

sacrada pelo ex-PSD.

Em razão dos "equivocos

semânticos" embutidos na

Emenda Nº 22 em junho do

ano passado, implantando o

"voto distrital misto, majori-

tório é proporcional", o atual

projeto de lei em tramitação

não estabelece um sistema

eleitoral misto (metade reali-

zado em distritos, e metade

pelo sistema proporcional tra-

ditional. A parte "proporci-

nal" da eleição será completa-

mente "distritalizada", vincu-

lendo cada candidato "propor-

cional" a um só distrito.

Simulações feitas pela Pro-

dasen em 1980 mostraram que

o então MDB não teria sido

"masacrado" por eleições dis